



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0000360-67.2023.6.22.8000.

INTERESSADO: SEDES/COEDE.

ASSUNTO: Inexigibilidade – Contratação de Capacitação - **Curso de Consultoria em Auditoria.**

**DESPACHO Nº 340 / 2023 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Educação e Desenvolvimento Organizacional SEDES/COEDE deste Tribunal, por meio do Documento de Formalização da Demanda - DFD n. 13/2023 ([0980041](#)), objetivando a Contratação, com inexigibilidade de licitação, de empresa especializada para a realização do curso "**Consultoria em Auditoria**" para 02 (dois) servidores, oferecido pela empresa 7 Eventos e Treinamentos LTDA, CNPJ 48.795.476/0001-92, a ser realizado de 18/04 a 20/04/2023.

A unidade demandante juntou proposta comercial da empresa (0980284), bem como todos os elementos de cunho obrigatório exigidos pela **Lei 14.133/2021** e pela **Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022**, **quais sejam**, Documento de Formalização da Demanda (0980041), Estimativa da Despesa - retratada na Informação Conclusiva sobre o valor estimado da Licitação (0980863) e Termo de Referência n. 16/2023 (0980865).

Carreou-se aos autos a comprovação da regularidade mínima para contratar com a Administração Pública Federal, por meio das certidões juntadas a evento n. [0980263](#), atualizadas no evento n. [0991579](#) (Regularidade do FGTS – CRF; regularidade fiscal e trabalhista federal e Certidão Negativa do CNJ).

O valor da contratação foi estimado em **R\$ 2.400,30** (Dois mil, quatrocentos reais e trinta centavos).

A SPOF, em atenção ao Despacho n. 229 da COFC ([0989077](#)), realizou a programação orçamentária da despesa pretendida, registrando que essa está adequada e compatível com a LOA, PPA e a LDO ([0989110](#)).

A SAC, após análise formal, atestou que a fase de planejamento, a pesquisa de preços - estimativa de despesa e o TR juntado ao evento n. [0980865](#), complementado pela proposta juntada no evento [0980284](#), encontram-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 72 c/c art. 74, inciso III, "f", da



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Lei 14.133/2021, para contratação direta por inexigibilidade de licitação ([0989121](#)).

Instada, a Assessoria Jurídica da SAOFC concluiu pela regularidade e observância dos requisitos formais dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação, previstos no art. 72 da Lei n. 14.133/2021 e nas disposições da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022, opinando pela possibilidade de aprovação do TR e pela possibilidade jurídica da contratação, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, III, "f", da Lei n. 14.133/2021, dos serviços especificados no objeto do termo de referência citado; pela possibilidade de substituição do instrumento de contrato pela nota de empenho; pela desnecessidade da publicação na imprensa oficial, haja vista que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal. Além disso, ressaltou a necessidade de divulgação do extrato da nota de empenho juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO ([0991580](#)).

Por sua vez, a SAOFC reconheceu a situação de inexigibilidade de licitação e manifestou-se pela aprovação do TR; pela autorização da despesa de forma direta por inexigibilidade de licitação; pela regularidade da Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação; pela contratação direta da empresa **77 EVENTOS E TREINAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 48.795.476/0001-92, por inexigibilidade de licitação; e pela publicação do ato de dispensa no Diário da Justiça Eletrônico - DJE, bem como a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ([0991669](#)).

Vieram os autos para apreciação desta Diretoria-Geral.

Inicialmente registra-se que a Lei 14.133/2021, em seu artigo 74, define que uma licitação é inexigível quando não é possível realizar um procedimento competitivo, sendo, portanto, necessária realizar uma contratação direta. Assim é exposto na lei:

*Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição [...]*

Em seguida, no referido artigo, o legislador faz uma lista exemplificativa de situações que podem caracterizar essa ausência de competição e, consequentemente, levar à inexigibilidade, dentre elas a **situação da contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**empresas de notória especialização:** treinamento e aperfeiçoamento de pessoal:

**Art. 74.** É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

**III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:**

(...)

**f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;**

(...)

§ 3º Para fins do disposto no inciso III do **caput** deste artigo, **considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa** cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

O conceito de inviabilidade de competição, por sua vez, decorre de causas nas quais há a ausência de pressupostos que permitam a escolha objetiva da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

O § 3º do artigo 74 da Lei n.º 14.133/2021 traz o conceito legal de notória especialização, aduzindo que considerar-se-á detentor de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

No caso sob análise, conforme relatado e descrito no objeto do TR ([0980865](#)), pretende-se operacionalizar a contratação de empresa especializada para a realização do curso "**Consultoria em Auditoria**" para 02 (dois) servidores, tendo em vista a necessidade de atualização de conhecimentos e aperfeiçoamento na área de auditoria, com todo o conteúdo a ser ministrado pela empresa 7 Eventos e Treinamentos LTDA, CNPJ 48.795.476/0001-92, a ser realizado no período de 18/04 a 20/04/2023, nas dependências do TRE-RN, havendo, em regra, a exigência da demonstração da notória especialização da contratada e a natureza intelectual do trabalho a ser prestado, não havendo mais a necessidade da demonstração da singularidade do objeto.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Contudo, já no antigo regime jurídico de licitações e contratos, já havia o entendimento jurisprudencial do TCU afastando ambos os requisitos, dispensando a demonstração da singularidade do curso ou da notoriedade do instrutor, quando o evento de capacitação for ofertado por cursos abertos, entendimento que, como bem registrado no parecer da AJSAOFC, não encontra qualquer vedação no regime da Lei n. 14.133/2021, sendo plenamente compatível com seus princípios e regras.

Assim, por se tratar de evento com inscrição aberta a terceiros, não há necessidade de demonstração da notória especialização e singularidade da empresa/instrutor do curso mencionado, conforme entendimento jurisprudencial do TCU, nos termos do item 16 do parecer exarado pela AJSAOFC ([0991580](#)).

Observa-se ainda, que no processamento da pretendida contratação direta observou-se o cumprimento dos requisitos legais da fase preparatório da contratação que, em não sendo um certame licitatório a própria Lei 14.133/2021 em seu art. 72 elencou os documentos que devem instruir o processo de contratação, dispositivo também normatizado no âmbito deste Tribunal nos termos da IN n. 9/2022 que nos casos de contratação direta trouxe como obrigatórios o DFD (Solicitação de Contratação), Estimativa da despesa e TR/PB, todos acostados aos autos nos eventos n. [0980041](#), [0980863](#) e [0980865](#), facultando a elaboração da instituição de uma equipe de planejamento, ETP e Mapa de Riscos e, em não havendo contrato, equipe de gestão de contrato, restando-se justificada a ausência de tais documentos.

Analisando minuciosamente cada um dos documentos de cunho obrigatório, percebe-se que todos mostram-se adequados ao regime da Lei 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO n. 9/2022, uma vez que contém todos os elementos tidos como essenciais, podendo-se extrair de suas leituras o cumprimento das exigências legais para todos os processos licitatórios, inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade, ressaltando-se os registros expressos nos itens 3.3.1 e 3.3.2 acerca da escolha do fornecedor, bem como da questão relativa a justificativa do preço com a juntada do documento de Informação Conclusiva do Valor Estimado ao evento n. [0980863](#) demonstrando que o preço proposto pela proponente dos serviços está compatível com os preços recentes contratados pelo TRE-RO para eventos similares.

Dessa forma, considerando que a escolha se insere no campo da discricionariedade, e em conformidade com o §3º, do art. 74, entende-se que a empresa escolhida reúne todas as condições e atributos que permitem inferir que a mesma é a mais adequada à plena satisfação dos



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

objetivos colimados, de modo que a contratação pretendida poderá ser processada de forma direta, por inexigibilidade de licitação **com fundamento no art. 74, III, "f", da Lei n. 14.133/2021.**

Por fim, no que diz respeito ao teor do item 5.1 do TR onde consta a informação de que o **contrato será substituído pela nota de empenho**, cabe registrar que, em que pese a lei não incluir as situações de inexigibilidade no rol das contratações para as quais pode dispensar o instrumento de contrato, verifica-se que no caso sob análise, mesmo não sendo dispensa de licitação, estamos diante de eventual contratação que não resulta em obrigações futuras e encontra-se dentro do limite de dispensa em razão do valor (**R\$ 57.208,33**), aí incluídas as inexigibilidades de licitação, de modo que aplicando-se os princípios da proporcionalidade, da celeridade e da economicidade, não se mostra razoável admitir-se que esse novo diploma legal pretenda estabelecer um procedimento mais oneroso para a prática do ato, na contramão da mitigação dessa formalidade já pacificada no regime da Lei n. 8.666/93.

Diante do exposto e da necessidade da contratação, com base nas atribuições de competências conferidas pela Portaria GP nº 66/2018, **AUTORIZO** a inexigibilidade de licitação descrita no art. 74, III, "f" da Lei de Licitações e Contratos e, por consequência:

**I - Aprovo o Termo de Referência n. 16/2023-SEDES (0980865)**, uma vez que possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso XXIII e alíneas, do artigo 6º, § 1º do art. 40 e no art. 150 da Lei n. 14.133/2020 c/c com o §1º do art. 10 e §1º do art. 15 da IN TRE-RO n. 9/2022, bem como todos os elementos constitutivos da etapa de planejamento nos termos do item do 15 do anexo VIII da IN n. 9/2022;

**II - Aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva de evento n. 0980863**, em cumprimento ao item 44 do Anexo II da Portaria 106/2022/CNJ e ao Acórdão TCU 2622/2015 - Plenário;

**III - Autorizo a despesa, de forma direta, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, III, "f" da lei nº 14.133/2022;**

**IV - Adjudico o objeto à empresa 77 EVENTOS E TREINAMENTOS LTDA (CNPJ: 48.795.476/0001-92)**, e autorizo a emissão de Nota de Empenho no valor de **R\$ 2.400,30** (dois mil quatrocentos e trinta centavos); e

**V - Determino a publicação do ato autorizativo no DJE**, em respeito ao princípio da publicidade, com fundamento no Acórdão



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TCU n. 1336/06 - Plenário e no Parágrafo único do art. 72 da Lei 14.133/2021, bem como a divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) do extrato da nota de empenho em cumprimento ao comando expreso constante no art. 94 da Lei 14.133/2021 c/c o disposto no item 28 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022.

À SAOFC para continuidade do processamento do feito, com emissão de nota de empenho.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 10/04/2023, às 13:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0994508** e o código CRC **097C6BE4**.